



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITANHAÉM - CME

Aos 17 dias do mês de novembro de 2022, com início às 9h horas, realizou-se a sessão ordinária do Conselho Municipal de Educação. A reunião teve como objetivo dar andamento aos processos iniciados com o colegiado anterior. A Presidente Daniela apresentou a pauta do dia, a qual também foi previamente disponibilizada aos conselheiros por meio do aplicativo de comunicação *whatsapp*. 1) Indicativa de Leitura do Regimento Interno do CME; 2) Comunicado SECE 68/2022; 3) Processo nº 18.226/2022 - Deliberação CME Itanhaém nº 03/2022; 4) Cronograma de reuniões para o ano de 2023. A Presidente, destacou ainda, sobre o convite feito à Ex-Presidente Cecília Tecedor, salientando que sua participação é importante, uma vez que a discussão acerca do Processo nº 18.226/2022 - Deliberação CME Itanhaém nº 03/2022, teve início como o último colegiado, ainda em seu mandato. Dando sequência à pauta, a Presidente sugeriu que os conselheiros tomassem conhecimento do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Itanhaém, aprovado pelo Decreto nº 3.447, de 24 de junho de 2016. A Presidente deu ciência também quanto ao Comunicado SECE 68/2022, que trata da Dispensa de Conselheiros, quando suplentes, para as reuniões de colegiados, *"Liberação de Representantes de Órgãos Colegiados: A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, vem, através deste, informar que a liberação de funcionários representantes eleitos na condição de suplentes para participação nas reuniões dos "Órgãos Colegiados" do município (Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação Escolar e Conselho do FUNDEB) a partir desta data estará condicionada à impossibilidade de comparecimento do membro titular. Ressalva será feita ao representante cujo órgão tem em seu estatuto a liberdade de participação dos representantes suplentes, mesmo na presença dos titulares. Informamos ainda, que a ação tem como objetivo resguardar o funcionamento das unidades escolares e demais setores desta secretaria, tendo em vista a impossibilidade de substituição desses profissionais"* e salienta que tal medida se deu em virtude da necessidade de professores substitutos em sala de aula constantemente, além das ausências diversas dos demais servidores do quadro administrativo escolar. Pedindo a palavra, a conselheira Valéria, indagou quanto à não formação das câmaras e comissões de estudos conforme estabelecidos no regimento, sendo respondida pela Presidente, que naquele momento, o colegiado decidiu em conjunto que era melhor todos estarem constantemente estudando e conhecendo os fatos e segmentos como um todo. Em seguida, a Presidente deu início à leitura do Processo nº 18.226/2022 - Deliberação CME Itanhaém nº 03/2022, que *"Estabelece orientações documentais às escolas do Sistema Municipal de Ensino de Itanhaém, quanto às adequações*

da avaliação de alunos, no período de mudanças nas práticas pedagógicas em função da retomada presencial dos alunos às aulas e retifica a Deliberação do CME nº 03/2021” A Presidente, solicitou à convidada, Cecilia Tecedor, que esclarecesse mais sobre a Deliberação, pois esteve a frente da abertura do Processo até o momento, sendo assim, Cecilia, esclarece que no decorrer da pandemia e em virtude das aulas remotas e híbridas, houve a necessidade de rever e adequar as avaliações trimestrais e/ou finais dos alunos e ainda, assegurar a forma correta dos registros documentais sem prejuízos futuros na vida escolar do aluno. A ex-presidente, Cecilia, que atualmente é Diretora do Departamento de Ensino Pedagógico, salienta, que na ocasião, foi acordado que excepcionalmente para o ano letivo de 2021, a menção AI - avanço insatisfatório, não seria exarado em virtude do cenário epidêmico, bem como do ensino remoto e híbrido pertencentes ao continuum pedagógico do Ciclo Emergencial. Cecilia, destacou ainda que para o ano de 2022, houve a necessidade de rever tais adequações, uma vez que a retomada às aulas presenciais aconteceu, finalizou, Cecilia. Em seguida, a Presidente, apresentou ao colegiado as adequações sugeridas pela Equipe de Assessoria de Gestão e Planejamento em relação à redação, considerando uma melhor compreensão por todos: **“Versão 01: art 3º – Os resultados dessa avaliação serão registrados no Diário de Classe do professor e em relatórios expedidos como forma de síntese final para análise e providências e para compor o Projeto Político Pedagógico nas ações de 2023, em termos de recuperação contínua e paralela; Art. 5º – Os alunos que não comparecerem às aulas presenciais e não cumprirem a carga horária obrigatória conforme legislação vigente, serão considerados EVADIDOS após todas as providências tomadas pela escola e ao final do ano letivo; Art. 10, alínea I - Para os alunos público-alvo da Educação Especial deverá ser considerado o Plano de Adaptação Curricular elaborado em conjunto com a sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado). Acrescentar na ficha de Acompanhamento da Aprendizagem do Ensino Fundamental o diagnóstico, indicativas e encaminhamentos necessários para a mudança de Ciclo. Versão 02: art. 3º – Os resultados dessa avaliação serão registrados no Diário de Classe do professor e em relatórios expedidos como forma de síntese final para análise e providências e para compor o Projeto Político Pedagógico nas ações de 2023, em termos de recuperação contínua e paralela na Unidade Escolar e/ou Programa Intensivo de Apoio e Reforço de Aprendizagem; Art. 5º Os alunos que não comparecerem às aulas presenciais e não cumprirem a carga horária obrigatória conforme legislação vigente, serão considerados EVADIDOS após eliminadas todas as providências em torno dos encaminhamentos: Busca Ativa, Programa Social Escolar, Educação Social, bem como ao Conselho Tutelar, isso ao final do ano letivo; Art. 10, alínea I - Para os alunos público-alvo da**

Educação Especial deverá ser considerado o Plano de Ensino Individualizado - PEI e Plano de Atendimento Individualizado - PAI elaborado em conjunto com a sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado). Acrescentar na ficha de Acompanhamento da Aprendizagem do Ensino Fundamental o diagnóstico, indicativas e encaminhamentos necessários para a mudança de Ciclo.” Após apresentada as propostas, o conselheiro Alexandre, questionou sobre os alunos evadidos, se estes, realmente devem ser declarados evadidos somente ao final do ano letivo, uma vez que no Regimento Comum das Escolas, prevê que após excedida todas possibilidades de contato com a família, o aluno deve ser considerado evadido, isso no decorrer do ano letivo, e ainda que, até o final do ano letivo, caso o aluno retorne, este deve ser inserido ao final da lista, como matrícula suplementar - m/s, a qualquer momento. O conselheiro, relata ainda que em sua Unidade Escolar, onde atua como Diretor de Escola, tem 13 (treze) alunos considerados evadidos, casos estes que seguem acompanhados pela promotoria, a qual, segundo o conselheiro, o questionou também o motivo dos mesmos alunos já estarem pré matriculados para o ano letivo de 2023, sendo considerados evadidos no ano letivo corrente, finalizou o conselheiro. A Presidente, explica que o de acordo com a nova regra do Governo Federal, a Secretaria Digital, já no segundo semestre do ano letivo vigente, os alunos são automaticamente pré matriculados para o ano seguinte em turmas fechadas, de modo a obter uma estimativa de matrículas. Quanto aos apontamentos relacionados ao Regimento Comum das Escolas Municipais, estes, serão observados com mais atenção junto a deliberação, finalizou a Presidente. Em dado momento, durante a passagem das listas de presença e coleta de dados, a Conselheira Valéria Caviquioli, fotografou a relação que contém os dados pessoais dos conselheiros, mesmo sendo orientada pela estagiária a não fazê-lo. Neste momento, o conselheiro Roberto, que observava e notou tal atitude, pediu a palavra à Presidente a fim de manifestar sua insatisfação com a atitude da colega, considerando que não autorizava a exposição e uso de seus dados por terceiros. Eu, Priscilla, representante da Sala dos conselhos, reforcei que os dados, como protocolo de todos os conselhos, são coletados para a inserção ao Sistema junto ao SIMEC/PAR, ação esta que é realizada com os demais colegiados também, mesmo quando ocorrem substituições de conselheiros. A conselheira, Valéria, por sua vez, alegou saber que os dados seriam expostos publicamente no portal eletrônico da Prefeitura e posteriormente alegou ser um registro pessoal. Novamente, destaque que a coleta de dados tem finalidade específica, garantindo que não será publicado pela Sala dos Conselhos quaisquer dados pessoais de conselheiros sem motivos exijam tal ação. Para tanto destaco que o portal de publicação de documentos do Conselho Municipal de Educação de Itanhaém é:



<https://www2.itanhaem.sp.gov.br/educacao/conselho-municipal-de-educacao/> . Retomando a Palavra a Presidente, salienta que comportamentos como estes, apresentado pela conselheira Valéria, não serão bem-vindos, considerando o desconforto gerado ao restante dos colegas presentes. Dando sequência à pauta, a Presidente apresentou o calendário de reuniões para o ano de 2023, explicando que para o mês de dezembro não fica reunião ordinária agendada, deixando em aberto, para o caso haja a necessidade de uma extraordinária. Por fim, após a deliberada a minuta, está seguirá para nova análise da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e providências. Nada mais havendo a tratar, Eu Priscilla da Silva Lira Nunes, redigi a presente ata que segue assinada. Itanhaém, 17 de novembro de 2022.

